

Arquivos judiciais como fonte de pesquisa e ensino da História e do Meio Ambiente: elaboração de produtos pedagógicos

Judicial files as a source of research and teaching of history and the environment: development of Educational Products

Archivos judiciales como fuente de investigación y enseñanza de la historia y el medio ambiente: desarrollo de productos educativos

Ma. Virgilina Edi Gularte dos Santos Fidelis de Palma¹

Resumo

Com o trabalho *Arquivos Judiciais como Fonte de Pesquisa e Ensino de História e Meio Ambiente: elaboração de produtos pedagógicos* pretende-se demonstrar que os documentos gerados nos procedimentos judiciais possibilitam a pesquisa e o ensino ao reunir elementos e narrativas que permitem a interpretação social dos fatos narrados, pois servem como prova para a concretização do direito ali postulado. Portanto, esta modalidade de trabalho insere-se no âmbito da pesquisa interdisciplinar.

O objetivo deste estudo é demonstrar no X Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental produtos pedagógicos, destinados aos educadores do ensino fundamental, em temáticas interdisciplinares, elaborados a partir dos documentos históricos que compõem o Acervo documental do Inventário do Comendador Domingos Faustino Correa.

Palavras-chave: Arquivos Judiciais. Pesquisa. Ensino. Meio Ambiente.

Abstract

With the title *Judicial Files as a source of research and teaching of history and the environment: development of educational products* is intended to demonstrate that the documents generated in court procedures make it possible to research and teaching by bringing together elements and narratives that allow the social interpretation of the narrated facts, because they serve as evidence for the achievement of the right there postulated. Therefore, this mode of work falls within the framework of interdisciplinary research. In this context, the objective of this study is to demonstrate pedagogical products developed from the historical documents that make up the documentary Collection of the inventory of the Commendatore Sundays Faustino Correa, intended for educators of elementary school, in interdisciplinary thematic.

Keywords: Judicial Files. Research. Teaching. Environment.

Resumen

Con el título *archivos judiciales como fuente de investigación y enseñanza de la historia y el medio ambiente: desarrollo de productos educativos* se pretende demostrar que los documentos generados en los tribunales hacen posible a la investigación y la docencia al reunir los elementos y narrativas que permiten la interpretación social de los hechos que se narran, porque sirven como evidencia para el logro de la derecha se postula. Por lo tanto,

¹ Mestranda em Direito e Justiça Social; Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; ninavirgilina@vetorial.net

este modo de trabajo se inscribe en el marco de la investigación interdisciplinaria. En este contexto, el objetivo de este estudio es demostrar productos pedagógicos desarrollado a partir de los documentos históricos que componen el documental de colección del inventario del Comendatore Domingo Faustino Correa, destinado a educadores de primaria, en interdisciplinario temático.

Palabras clave: Archivos judiciales. Investigación. Enseñanza. Medio ambiente.

1. Introdução

O objetivo deste texto é demonstrar a pesquisa realizada na dissertação de mestrado profissional em História, na Universidade Federal do Rio Grande e, apresentada à banca examinadora em junho de 2017, com orientação da professora doutora Carmem G. Burgert Schiavon. O referido trabalho foi ordenado da seguinte forma.

O primeiro capítulo, intitulado, Arquivos públicos: ensino, memória e legislação, foram abordados alguns apontamentos teóricos sobre a função dos arquivos, sendo públicos ou privados, não mais vistos como local de armazenamento de documentos, mas como instituições de ensino da História e da memória coletiva; e a caracterização do documento como patrimônio histórico. Contextualizou os antecedentes históricos, traçando um panorama acerca das políticas públicas para preservação dos acervos públicos, anotando-se a legislação constitucional e infraconstitucional, as publicações do Conselho Nacional de Justiça e as normatizações do Conselho Nacional de Arquivos. Apresentou uma sucinta abordagem, com enfoque na justiça comum, sobre as orientações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no cumprimento das normas do PRONAME² e a elaboração da tabela de temporalidade.

No segundo capítulo, com o título: A pesquisa da História nos processos judiciais fez-se uma reflexão sobre as possibilidades de pesquisa da História, em fontes judiciais, dando-se ênfase aos documentos como patrimônio histórico. Demonstrou-se que os autos de processos judiciais possibilitam a construção da História nas mais variadas áreas do conhecimento histórico, extraíndo-se dos fatos jurídicos, objeto das demandas forenses um universo de valores sociais, de relações humanas, amigáveis ou conflituosas, que, de qualquer forma, representam embates de forças opostas, concretas e materiais. Compilou-se anotações sobre o acervo documental do Processo de Inventário do Comendador Domingos Faustino Correa e a possibilidade de pesquisa que aquele Acervo oferece e, ainda, uma abordagem sobre considerável gama de trabalhos científicos, com olhares múltiplos, cuja fonte de estudo foi

² Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário.

processos judiciais. Nesta parte da pesquisa, um subcapítulo trouxe uma relação de julgamentos históricos decididos nos Tribunais brasileiros os quais compõem os acervos disponíveis à pesquisa, demonstrando que, sejam em suporte físico ou eletrônico, esses espaços são locais de memória coletiva.

O terceiro capítulo, denominado: o ensino e aprendizagem em processos judiciais: oficinas e produto pedagógico andou no seguinte trajeto. Foram demonstradas duas práticas pedagógicas levadas a efeito em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, com apresentação da respectiva metodologia adotada para realização da prática. A indicação das técnicas e os materiais utilizados. O resultado das habilidades desenvolvidas pelos alunos. A apresentação e análise do produto final obtido. Por fim, a proposição de um produto didático-pedagógico com ênfase à interdisciplinaridade, através do tema lendas urbanas, história local, patrimônio histórico e, patrimônio ecológico ambiental.

Portanto, é a elaboração desse produto pedagógico que aqui se pretende demonstrar, mas, com uma ressalva. No texto da dissertação³ o referido produto está estruturado sempre em duas partes. Uma delas para os docentes e a outra para os educandos. De modo que, a parte do professor traz a explicação textual completa. Já, a parte dos alunos traz os exercícios. Contudo, ante a exigência protocolar deste artigo quanto ao seu número de laudas, optou-se em trazer aqui só o conteúdo endereçado aos professores e o esboço de dois exemplares do produto pedagógico elaborado no texto da dissertação e que contemplam a temática ambiental proposta no X Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental.

2. Desenvolvimento

A proposta de atividades pedagógicas oferecidas aos professores do ensino fundamental encontra-se abalizada, teoricamente, e organizada da seguinte forma: a primeira abordou a lenda da fortuna do Comendador Domingos Faustino Correa e, a partir de um “poema” elaborado por esta autora. O referido texto poderá ser utilizado no ensino de Linguagem e da História. A segunda teve dois desdobramentos: ainda, utilizando a lenda como referência, se ocupou em abordar a questão das cláusulas do testamento, com um olhar à preservação patrimônio documental, servindo também, para abordagem na área da história local com o tema relativo à abolição da escravidão. A terceira proposta refere-se ao estudo do patrimônio cultural material; aqui o elemento de estudo foi a Capela do Taim. Esta atividade

³ Disponível para consulta em: <http://ppgh.furg.br/dissertacoes>.

poderá ser desenvolvida pelos professores do ensino de Educação Artística e pelos professores de História. A quarta e última proposta de trabalho refere-se ao patrimônio cultural ambiental, dando ênfase à Reserva Ecológica do Taim, caracterizada como unidade local de proteção e conservação ambiental. Portanto, elaborou-se uma proposta de trabalho que contempla a interdisciplinaridade.

Mas, o que o tema ensino e pesquisa da História em processos judiciais têm em comum com o estudo do patrimônio histórico e edificado? Como a Capela e a Reserva Ecológica do Taim se relacionam com os autos do inventário do Comendador Domingos Faustino Correa e com o Meio Ambiente? Explico, a partir do subcapítulo a seguir.

2.1 A Capela do Taim: patrimônio histórico-cultural e ambiental

No histórico da Capela Nossa Senhora da Conceição do Taim consta que ela foi construída originalmente no ano de 1785, pelo Tenente Faustino Correa⁴ que, em face à ocupação espanhola em Rio Grande (1763-1776) deslocou-se com tropas para a região do Rio da Prata, fixando ali o aporte militar português. Após, no ano de 1844, a Capela foi reconstruída pelo Comendador Domingos Faustino Correa, filho do tenente Faustino Correa. Teve conclusão da obra dois anos depois, quando foi criada a freguesia do Taim. “É considerado exemplar ímpar em sua arquitetura religiosa em área rural do município do Rio Grande, pois proporcionou o povoamento da região, sendo marco de ligação entre a província e a hegemonia Católica durante o Império” (Rio Grande 263 anos, *Jornal Agora*, Rio Grande, ano 26, edição especial, de 19 e 20/02/2000). O tombamento da Capela do Taim pelo Poder Público Municipal se deu em 03 de abril de 1985, pelo Decreto Lei nº 4.493, com o seguinte teor⁵:

O Prefeito Municipal do Rio Grande, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, em seu artigo 62, incisos XIV, e artigo 69. DECRETA: Art. 1º - Fica decretado o tombamento do prédio da Capela do Taim localizado no povoado do mesmo nome, construído ao tempo do Capitão Faustino Correa o qual representa inestimável patrimônio histórico e artístico. Art. 2º: Este decreto entrará em vigor a partir de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário. Gabinete do prefeito, 03 de abril de 1985. Abel Abreu Dourado. Prefeito (site da Câmara Municipal do Rio Grande, 2016).

⁴ Comandante das forças militares portuguesas durante a invasão espanhola à região de Rio Grande (1763-1776). Pai de Domingos Faustino Correa.

⁵Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acessado em: 06/12/2016, às 16h e 02 min.ACP 98.10027052.

O pedido de tombamento da Capela do Taim tramita junto ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) registrado sob o nº 1372, datado de 13/09/1996, atualmente no estágio de instrução⁶. No que concerne à proteção jurídica ao bem de interesse sócio-cultural, a procuradora de justiça, Anelise Becker, nos autos da ação civil pública⁷, ajuizada pelo Ministério Público Federal, destacou:

Trata-se de um edifício retangular com nave única, telhado com duas águas e sacristia anexa à fachada lateral oeste. A fachada, voltada para o norte, possui frontão triangular e duas torres sineiras, numa das quais há um relógio de sol. Junto à fachada principal há um muro com um vão onde deve ter existido um portão de acesso lateral à uma área que, se supõe, seria o cemitério. Ao fundo da capela encontra-se parte de um arco de tijolos, encoberto com areia, provável vestígio de um túmulo (ACP/MPF nº 98.1002705-2).

Segundo aquela procuradora federal, as características arquitetônicas, acima destacadas, constam no relatório emitido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), datado da época em que se deu início o processo de tombamento da Capela. Becker destaca que ao local já se referira Auguste de Saint Hilaire (1779-1859), quando de sua viagem ao Rio Grande do Sul, “Capilha é simplesmente uma aldeia, composta de algumas choupanas e de uma pequeníssima capela subordinada à paróquia do Rio Grande, mas sem capelão. Essa aldeia está situada numa posição muito agradável às margens da Lagoa Mirim” (SAINT HILAIRE, Augusto, 1820-1821, p.131). No mesmo sentido, com relação ao histórico da Capela, o arquiteto Oscar Décio Carneiro, explica que:

[...] É possível considerar que a Capela do Taim teve sua origem relacionada a uma Guarda portuguesa fundada em 1738. A Capela pode ter sido erguida entre os anos 40 e 60 do século 18. O abandono da Guarda durante a invasão espanhola de, 1763-1776, pode ter provocado o desaparecimento da Capela, que seria reerguida após 1777. Como a hipótese do surgimento da atual capela gira em torno de uma ocupação militar nos fins do século 18, fortemente reforçada pela qualidade da construção atestada pelos bons alinhamentos das paredes, a qualidade de assentamento dos tijolos e a qualidade de execução das fundações em basalto, entende-se que a mesma tenha nascido com uma característica própria da arquitetura militar do período colonial. Sua tipologia é semelhante à das capelas existentes nas fortalezas Santa Thereza e São Miguel, no atual Uruguai, mas de projeto Português, e São José da Ponta Grossa, em Florianópolis. Acredita-se que, posteriormente, em meados do século 19, possivelmente entre 1846 e 1850, a capela tenha sofrido uma modernização de inspiração neoclássica, provavelmente promovida pelos filhos do tenente Faustino Corrêa, militar que teria servido na Guarda do Taim [...] (DÉCIO, 2015, p. 2).

⁶http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Rio_grande_sul_bens_tombados_novembro_2017

⁷Disponível em: www.2bibliotecas Senado.leg.br. Acessado em: 02/04/2017, às 10h e 52 min.

Tratando do ambiente teórico-metodológico da educação patrimonial (EP) Schiavon e Santos orientam que:

A(s) metodologia(s) da Educação Patrimonial, nos últimos anos, vem/vêm se transformando substancialmente. Isso permite a difusão de outras possibilidades para a construção de práticas pedagógicas que articulem os saberes da comunidade da qual a escola faz parte e os saberes específicos por esta trabalhados. Além disso, em muitas instituições, ocorre a difusão dos conteúdos do currículo escolar em práticas pedagógicas interdisciplinares, as quais ultrapassam os limites da própria sala de aula (SCHIAVON; SANTOS, 2013, p. 63).

No que refere ao ensino do patrimônio histórico na educação fundamental os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que, “do ponto de vista da historiografia e do ensino da História, a questão da cidadania tem sido debatida como um problema fundamental das sociedades deste final de milênio” (PCNs, 1998, p. 37). Contudo, se em épocas passadas a abrangência do estudo da cidadania dizia com a participação política do Estado, hoje, sua dimensão encontra-se alargada, pois se ocupa em incluir novos direitos, alinhando-se às questões contemporâneas. Neste diapasão, o estudo da cidadania, hoje, envolve novos temas e, dentre eles, a preservação do patrimônio histórico-cultural e a salvaguarda do meio ambiente, conforme indicação, a seguir:

Ao longo da História brasileira existiram concepções diferentes para patrimônio histórico e cultural. Uma das correntes atuais define patrimônio em três grandes dimensões: natural ou ecológico, histórico-artístico e documental. Nesse sentido, há o esforço de preservar, como patrimônio: o meio ambiente; os conjuntos urbanos; os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; as obras, os objetos, os documentos, as edificações, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as formas de expressão; e os modos de criar, fazer e viver. Por sua vez, há o esforço de preservar, como patrimônio histórico, o patrimônio arquitetônico, arqueológico, documental, arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual, museológico e todos os outros bens que documentam a História de uma sociedade (PCNs, 1998, p. 37).

Neste contexto, a normativa educacional sobre o estudo do patrimônio cultural fundamenta-se nos preceitos constitucionais, conforme o art. 216, da Constituição Federal, que o define como “os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira”. Portanto, com previsão na carta constitucional e normatizada pela Lei de Diretrizes Educacionais, em seus parâmetros curriculares, admissível a aplicação da proposta pedagógica, ora elaborada, tanto por professores de história como do ensino de educação artística, para alunos do 5º ao 8º ano do ensino fundamental. Assim, relativamente

ao tema patrimônio histórico optou-se por uma atividade com jogo de dados, intitulado jogo da memória.

Em uma abordagem sobre teoria de jogos Neves e Santiago, defendem que a atividade de jogos em sala de aula significa a “recapitulação dos estágios de desenvolvimento da história humana” (2010, p. 39). Explicam, ainda, que “para que se pudesse enunciar a idéia do jogo como valor educativo, uma revolução no pensamento se faz necessária” (NEVES; SANTIAGO, 2010, p. 43). Em outra direção, os Parâmetros Curriculares Nacionais, tratando dos recursos pedagógicos para salas de aula referem:

Ao selecionar recursos didáticos para o trabalho pedagógico [...] As bibliotecas — escolar e de classe — são, nessa perspectiva, fundamentais para um trabalho como o proposto por este documento. Na biblioteca escolar é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas (infantis, em quadrinhos, de palavras cruzadas e outros jogos), livros de consulta das diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros. Além dos materiais impressos que se pode adquirir no mercado, também aqueles que são produzidos pelos alunos — produtos dos mais variados projetos de estudo — podem compor o acervo da biblioteca escolar: coletâneas de contos, trava-línguas, piadas, brincadeiras e jogos infantis, livros de narrativas ficcionais, dossiês sobre assuntos específicos, diários de viagens, revistas, jornais, etc. (PCNs, 2ª parte: Artes, 1997, p. 46).

Portanto, parte-se da verificação de que é possível desenvolver o ensino do patrimônio cultural por meio de jogos de dados, pois se torna uma boa forma de provocar o interesse dos alunos para o tema, já que o educador pode mesclar a atividade lúdica com o conteúdo teórico ministrado, como estratégia de incentivo à motivação pelo conhecimento. Neste sentido, elaborou-se a proposta a seguir descrita.

A proposta consiste em promover um jogo de dados com os alunos, após a aula teórica sobre conceito de patrimônio histórico-cultural e educação patrimonial. Neste contexto, tendo como referencial a Capela do Taim, o educador poderá organizar a turma para desenvolver a seguinte atividade:

2.2 Jogo da Memória: metodologia e desenvolvimento da atividade

Para realização desta atividade, o professor deverá proceder da seguinte forma:

- a) Dividir a turma em grupos de 05 alunos (Grupo A, B, C, D, E);
- b) Cada grupo receberá um dado para o jogo (observe, antes, que todos os dados sejam idênticos);

- c) Utilizando a lousa/quadro estabelecer as regras do jogo com os alunos, determinando, inclusive, o tempo de 05 minutos para que cada grupo inicie seu jogo;
- d) Cada grupo deverá: decidir qual aluno jogará o dado e qual aluno será o fiscal do jogo. O aluno “fiscal” deverá ser responsável pela contagem dos pontos feitos em seu grupo;
- e) Estabeleça a modalidade de PRÊMIO ao grupo vencedor. Cada grupo deverá jogar o DADO 06 vezes, respeitando o princípio da igualdade.
- f) O grupo vencedor será aquele que, em cada jogada, acertar maior quantidade de características identificadoras da Capela do Taim como sendo patrimônio cultural edificado;
- g) Distribua nos dados (dentro dos círculos) as características da Capela, como sendo patrimônio histórico. Alterne com características estranhas ao imóvel.

Figura 1 – Modelo dos dados

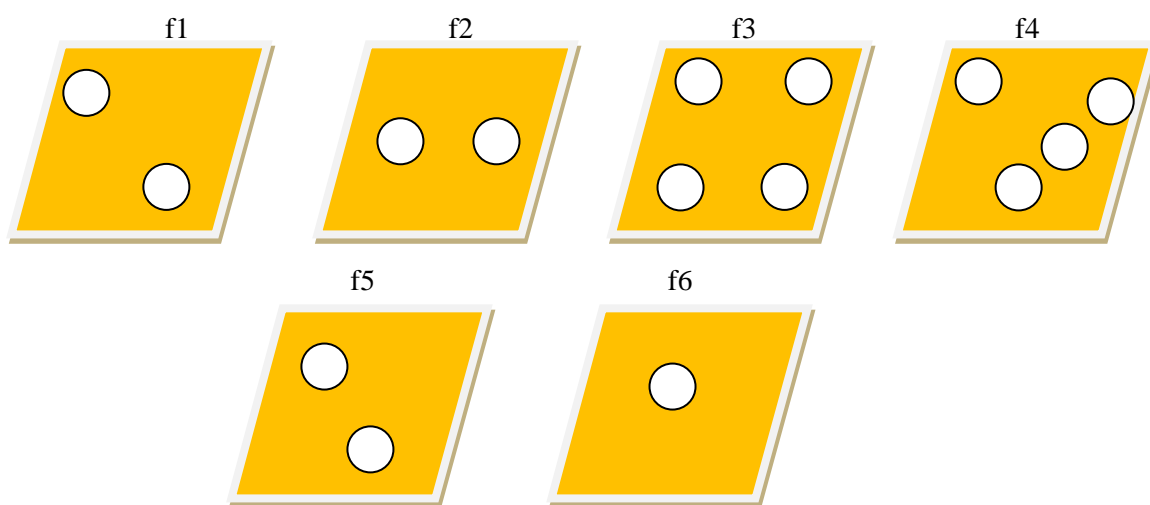


Tabela 1 – grade de sugestões para colagem nos círculos dos dados

ESCREVA ESTAS CARACTERÍSTICAS DENTRO DOS CÍRCULOS⁸
f1: 1785,1844,1985.
f2: colunas, ordem, Dórica, Toscana.
f3: Família Correa, arquitetura militar, duas torres sineiras, relógio de sol, estilo neoclássico, capitel da ordem Jônica.
f4: estilo moderno, Niemayer, 1943, Brasília.
f5: arquitetura renascentista, séc. XIV,XV,XVI.
f6: símbolo de ligação Estado e Igreja

⁸ Anexo modelo do dado para montagem.

h) Estabelecer a contagem dos pontos, anteriormente, feita pelo aluno fiscal do grupo e proclamar o grupo vencedor.

i) Definir com os alunos data para visitação do local.

j) **Material a ser utilizado:** Cinco folhas cartolina grossa para montagem dos dados. Cola fria para papelão. Caneta colorida ou lápis de cor. Folhas de EVA de diversas cores para revestimento dos cubos/dados e confecção das bolinhas.

2.3 A Reserva Ecológica do Taim: o patrimônio vivo

A última atividade pedagógica oferecida na dissertação, e aqui demonstrada, é sobre o tema patrimônio ecológico. O objeto de trabalho é a Estação Ecológica do Taim a qual, da mesma forma que a Capela, situa-se em terras que faziam parte da fortuna do Comendador Domingos Faustino Correa.

A sugestão consiste no desenvolvimento de duas atividades pedagógicas: a primeira seria um exercício linha de tempo para ser aplicado em sala de aula. A segunda seria confecção de um banner. A ideia do *banner* seria para que o mesmo fique exposto em sala de aula, proporcionando motivação aos alunos para posterior desenvolvimento de atividade interdisciplinar nas áreas da História, com destaque para a História Local, Arte-Educação e Meio Ambiente.

Esta segunda atividade deverá concentrar metodologia para aplicação de oficina pedagógica, contemplando a interdisciplinaridade, i. é, no ensino da história, arte-educação e patrimônio ecológico ambiental, apoiando-se no tripé **apreciação, reflexão e produção**. Por primeiro, os alunos deverão conhecer a fauna da Reserva Ecológica do Taim, realizando pesquisa de campo. Na oportunidade, farão a captura (de forma mecânica ou eletrônica, com telefone celular, ou máquina fotográfica, etc.) de imagens do objeto que pretendem reproduzir artisticamente em sala de aula. Após, deverão refletir sobre a importância da Estação Ecológica à comunidade local, fazendo a contextualização histórica, através de texto dissertativo. Por último, deverão escolher a forma como irão representar artisticamente a flora ou fauna da Reserva, através da livre expressão. Os alunos poderão escolher entre as seguintes técnicas: desenho, pintura, colagem ou escultura em argila, etc. A partir da escolha pelos alunos a direção da escola deverá desenvolver a logística adequada para a realização do trabalho, os quais poderão ser expostos para socialização com toda a comunidade escolar.

A relação existente entre a região do Taim e os autos do inventário do Comendador Domingos Faustino Correa assemelha-se à ligação com a Capela do Taim. No acervo documental do inventário podem ser obtidas informações sobre cartas de sesmarias concedidas ao Tenente Faustino e ao seu filho, Domingos Faustino. Nos processos denominados “ações paralelas”, que tramitaram em juízo no mesmo tempo do inventário, a quantidade de documentos relativos ao Taim é abundante. Isto, porque a região foi parte das terras que ficou em usufruto e deu origem a demanda, responsável pela demora no deslinde do feito, o qual tramitou na justiça por 110 anos⁹. Relativamente às cartas de sesmaria estão parcialmente transcritas na fls. 329 da sentença, vol.78 e 79 da série B, do acervo.

Com relação ao histórico do local, após tornar-se Reserva Ecológica, consta nos autos do inventário, vol. 72, fls. 13.546-548 cópia da ação de desapropriação promovida pelo Estado com vista à preservação ambiental da região e, documentos referentes ao interesse do município do Rio Grande, desde o ano de 1979, em preservar o “Banhado do Taim”. A efetivação da medida jurídica se deu pelo Decreto Lei nº 92.963, de 21 de julho de 1986 e, a ampliação da extensão da Reserva pelo Decreto-Lei nº 9.895 de 05 de junho de 2003, totalizando 32 mil hectares de região pantanosa, configurando-se como patrimônio público de interesse ecológico formado por ecossistema lagunar no Sul do país¹⁰. Além disso, necessário destacar o lamentável incidente ocorrido no ano de 2013, no qual, por nove dias, parte da Reserva Ecológica ardeu em chamas. Mais de cinco hectares de vegetação foram queimados¹¹. Portanto, o docente poderá considerar este fato ao promover a conscientização dos alunos sobre a preservação ambiental. No que refere ao estudo do meio ambiente no ensino fundamental, o mesmo é caracterizado como prioridade. O tema não está regrado na Lei de Diretrizes Básicas da Educação¹², porque a finalidade da norma é organizar a estrutura da educação brasileira como um todo, definindo as metas estabelecidas pelas políticas públicas governamentais. São os Parâmetros Curriculares Nacionais¹³, elaborados pelo Ministério da Educação, que servem de subsídios para orientação das propostas curriculares, adequando a escola à realidade social local. Com relação ao tema meio ambiente os PCNs dedicam um livro exclusivo sobre o assunto, em seus temas transversais e, assim destacam: “de nada adianta os alunos terem nota 10 nas provas e jogar lixo na rua, pescar peixes-fêmeas

⁹ Palma, Virgilina Edi Gularte dos Santos Fidelis. O Inventário do Comendador Domingos Faustino Correa: realidade e mito. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário Gaúcho, Porto Alegre, 2011.

¹⁰ Formado pelas lagoas Mirim, Jacaré, Nicola e Mangueira.

¹¹ Disponível em: www.g1.globo.com, em 11/04/2013: Incêndio recente na Reserva Ecológica do Taim superou 2008. Acessado em: 09/01/2017, às 14h e 16 min.

¹² Lei nº 9.394/1996.

¹³ Conforme previsão no art. 36-B, inc. II, § único da Lei 9.394/1996.

prontas para reproduzir, atear fogo no mato indiscriminadamente, ou realizar outro tipo de ação danosa, seja por não perceberem a extensão dessas ações ou por não se sentirem responsáveis pelo mundo em que vivem” (PCNS, 2010, p. 3). Tratando, pois, da educação como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental, na relação comunidade-escola, os PCNs prescrevem:

É desejável a comunidade escolar refletir conjuntamente sobre o trabalho com o tema Meio Ambiente, sobre os objetivos que se pretende atingir e sobre as formas de conseguir isso, esclarecendo o papel de cada um nessa tarefa. O convívio escolar é decisivo na aprendizagem de valores sociais e o ambiente escolar é o espaço de atuação mais imediato para os alunos. Assim, é preciso salientar a sua importância nesse trabalho (PCNs, 2010, p. 25).

Diante disso, entende-se que a necessidade de trabalhar em sala de aula com a preservação do patrimônio ambiental é fundamental. Atitude viável para fortalecer a relação das pessoas com suas heranças culturais, produzir conhecimentos acerca das mudanças temporais ocorridas, em especial com a Estação Ecológica do Taim, desenvolver senso de responsabilidade pela valoração e preservação do local como sendo patrimônio público. Em seus conteúdos, referente à preservação ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que a proposta de trabalhos com o meio ambiente é fundamental para que os alunos possam:

ao final do ensino fundamental, sejam capazes de identificar-se como parte integrante da natureza e sentir-se afetivamente ligados a ela, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente; perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural, adotando posturas de respeito aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural, étnico e cultural; observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo propositivo, para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida; adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis; compreender que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das pessoas, tanto local quanto globalmente; conhecer e compreender, de modo integrado, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente; perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa/efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio; compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia (PCNs, 2010, p. 32).

Portanto, a partir das leituras realizadas, viu-se que a prática e o ensino da educação ambiental é promovida em normativos institucionais e livros didáticos. Possível, ainda, de extrair-se o tema de processos judiciais findos, notadamente, do Acervo Documental do Inventário do Comendador Domingos Faustino Correa.

2.4 Trilha Ecológica: observe o *banner!* Depois, vamos passear no Taim?

A partir da observação do *banner*, que deverá ficar exposto em sala de aula, o (a) professor (a) poderá traçar, com o grupo de alunos, as estratégias para realização da oficina pedagógica, observando a justificativa, os objetivos e a metodologia já programados no próprio material, conforme mídia em anexo¹⁴ ao texto da dissertação¹⁵.

3 Considerações finais

Este estudo é uma contribuição para enfatizar a importância dos processos judiciais findos, como documentos de valor histórico. Destacar que esses acervos possam ser disponibilizados a centros de pesquisa e instituições de ensino superior. Pois, sendo tarefa da ordem jurídica harmonizar as relações sociais intersubjetivas para realização dos valores humanos. Deve, essa mesma ordem, proporcionar a salvaguarda de tais registros para concretização do *entendimento predominante*¹⁶ de que “não há sociedade sem direito,¹⁷” porque, também, não há sociedade sem cultura, sem produção ou transformação de coisas. Processos judiciais possibilitam a interpretação dessas temporalidades, que podem se traduzir em memórias. Logo, são fontes de registros históricos, sejam de Ações de Conhecimento (declaratórias ou constitutivas de direito ou condenatórias), Execuções, Ações Cautelares ou Procedimentos Administrativos. Todos esses tipos de processo guardam em seus registros possibilidades de respostas que não significam somente a “prova da verdade no âmbito jurídico”, importam em outras representações sociais, se vistos sob a lente do pesquisador. Já declaravam os precursores da *École des Annales*¹⁸ que “os documentos só falam quando perguntados pelos historiadores”.

Cabe dizer, ainda, que pesquisar sobre este tema na mesma proporção que alarga o entendimento sobre as dificuldades enfrentadas pelo Poder Público, especialmente nos

¹⁴ O *banner* encontra-se gravado em CD, compondo os anexos desta Dissertação.

¹⁵ Endereço eletrônico: www.furg.com (ICH>Mestrado em História>Dissertações)

¹⁶ In: Teoria Geral do Processo: Sociedade e Tutela Jurídica (2004, p. 21). Ada Pellegrini Grinover, Antonio Carlos de Araújo Cintra e Cândido Rangel Dinamarco.

¹⁷ Ubi societas ibi jus.

¹⁸ Fundada, em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch, ambos docentes na Universidade de Estrasburgo (França).

Tribunais de Justiça, em gerenciar sua demanda arquivística, processada cotidianamente na atividade cartorária, fez compreender, ainda, o acalorado debate traçado pelos historiadores, quanto à preservação desses acervos em suas novas formas e suportes tecnológicos. Quiçá, em breve, estes dois debates se encontrem na produção de uma solução plausível em favor do bem comum, porque a sociedade, na medida em que socorre ao Poder Judiciário na busca por seus direitos, deixa atrás de si os rastros de uma memória pessoal que, com o passar do tempo, serve de espelho às memórias de toda uma geração, tal qual ocorre com o Acervo do inventário do Comendador Domingos Faustino Correa em seus mais de 2.400 volumes que proporciona estudos interdisciplinares como a Educação Ambiental, através da Reserva Ecológica e da Capela Nossa Senhora da Conceição do Taim.

Referências

BECKER, Anelise. A proteção jurídica ao entorno de monumento histórico: notas acerca de um estudo de caso. **Revista da Associação Nacional dos Procuradores de Justiça**, São Paulo, vol. 5, nº 58, p 13-18, 2003. Disponível em: www.bibliotecas2.senado.gov.br. Acesso em: 23 de janeiro de 2017.

CARNEIRO, Oscar Décio. Educação Patrimonial: Capela do Taim, **Jornal Agora**, Rio Grande, 22 jan. 2015, ano 31, s/nº da edição. Coluna “Opinião”, p. 2. Disponível em: www.jornalagora.com.br. Acessado em: 19 de dezembro de 2016, às 14 h e 22 min.

GRINOVER, Ada Pelegrini; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 21ª edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, 1924, Tradução de Bernardo Leitão. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, pp. 283/320. Coleção Repertórios – Disponibilizado em E-Book.

NEVES, Libéria Rodrigues; SANTIAGO, Ana Lydia B. **O Uso dos Jogos Teatrais na Educação**. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Papirus, 2010.

PALMA, Virgínia Edi Gularte dos Santos Fidelis de Palma. **Arquivos Judiciais como Fonte de Ensino e Pesquisa da História** (Dissertação de Mestrado Profissional em História, 213 p.). Universidade Federal do Rio Grande – Orientadora Professora Doutora Carmem G. B. Schiavon. Rio Grande, 2017. Disponível em: <http://ppgh.furg.br/images/stories/dissertacoes/virgilina.pdf>.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SANTOS, Tiago Fonseca dos. Educação Patrimonial: Um Caminho à discussão sobre a cidadania a partir da História Local. In: **Revista Eletrônica de Extensão**. v. 5, nº 1. 2011. Disponível em: www.revistas.udesc.br. Acessado em 15 de setembro de 2015, às 9h e 24 min.

LEGISLAÇÃO CONCULTADA

Brasil, Constituição Federal de 1988. Disponível em: <www.gov.br> Acessado em 13 de setembro de 2015, às 15 h e 50 min.

_____, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf> Acessado em 13 de setembro de 2015, às 15h e 50min.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf> Acesso em: 16 de setembro de 2015, às 11h e 18 min.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998. 108p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. História: Ensino de quinta a oitava séries. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf> Acessado em: 16 de setembro de 2015, às 11h e 18 min.

_____, **Lei 92.963, de 21 de julho de 1986.** Cria a Estação Ecológica do Taim, em áreas de terra que indica e dá outras providências. Disponível em <legislação.planalto.gov.br>. Acessado em 25 de março de 2017, às 13h e 36 min.

_____, **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamente o art. 22, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de áreas de conservação da natureza e dá outras providências. Disponível em <legislação.planalto.gov.br>. Acessado em 25 de março de 2017, às 13h e 42min.

_____, **Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [...] e dá outras providências. Disponível em <legislação.planalto.gov.br>. Acessado em 25 de março de 2017, às 13h e 56 min.

JURISPRUDÊNCIA E DECISÃO JUDICIAL

_____, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Processo Cível nº 500427000, Inventário do Comendador Domingos Faustino Correa**, vol. 77 e 78 (sentença prolatada pelo Juiz de Direito, Dr. Carlos Roberto Nunes Langler, em 454 laudas). Comarca do Rio Grande.